



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
MINUTA DA ATA NÚMERO OITO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na antiga Escola EB1 de Vila Pouca, a Assembleia de Freguesia de Cernache para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

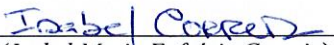
Ponto dois – Outros assuntos

Esta minuta, sobre as deliberações mais importantes tomadas por esta Assembleia de Freguesia, foi elaborada nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Foi aprovada, com quatro votos a favor e cinco abstenções (Pedro Rosário e Fátima Ventura, por não terem estado presentes na reunião anterior); Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues e José Campos, a ata da reunião número sete.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata em minuta, que será assinada pelo primeiro secretário e pelo presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário


(Isabel Maria Eufásio Correia)

O Presidente


(Rui António Seguro Apóstolo)



h-
vib
P

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
ATA NÚMERO OITO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na antiga Escola EB1 de Vila Pouca, a Assembleia de Freguesia de Cernache para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

Ponto dois – Outros assuntos

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia e Vítor Tenente, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, ainda os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues, José Campos e Fátima Ventura;
- pelo Partido Socialista (PS) – Pedro Rosário;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Marco Rodrigues.

Também esteve presente o presidente do executivo da Junta de Freguesia (JF), Vítor Carvalho.

O PMA, Rui Apóstolo, após saudar o público presente, teceu algumas considerações sobre o investimento na recuperação da EB1 de Vila Pouca e o seu bom estado de preservação, bem como mostrou o seu agrado pela aceitação da deslocação desta reunião de Assembleia de Freguesia (AF), neste dia, para este lugar, visando chamar e facilitar a participação das pessoas da freguesia, neste órgão.

De seguida, o PMA salientou o trabalho associativo desenvolvido na freguesia de Cernache e o facto de este ser notado por pessoas de fora da mesma e, conseqüentemente, levar a que esta aldeia seja conhecida no âmbito cultural.

Posteriormente, passou à leitura da ata da reunião número sete que foi aprovada com quatro votos a favor e cinco abstenções, estas de Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues e José Campos, sendo de salientar que as outras duas abstenções, foram de Pedro Rosário e de Fátima Ventura pelo facto de não terem estado presentes na reunião anterior.

h
v
i
d
e

Após o registo da votação da ata, o PMA solicitou que ficasse registado o seu apreço sobre a qualidade do trabalho da secretária na elaboração da ata que, embora longa, tem, no seu entender, informação de interesse e teceu umas breves considerações sobre as desvantagens do envio prévio da ata aos elementos da AF. Tendo em consideração que a ata foi aprovada mas com cinco abstenções, o PMA deu por encerrado este assunto não permitindo que fosse tecida qualquer opinião sobre a mesma aos elementos da AF, designadamente a José Campos e sugeriu que este apresentasse uma declaração de voto escrita para ficar apensa à ata da próxima reunião de AF.

No ponto um da ordem de trabalhos, Informações, o PMA leu a Informação do PJF à AF das atividades mais salientes desde a última reunião da AF. Sobre a situação financeira da freguesia no atual momento nada foi referido.

No ponto dois, outros assuntos, foi dada a palavra a Marco Rodrigues que começou por agradecer a resposta escrita do executivo às questões colocadas na última reunião por intermédio da mesa da assembleia, bem como o envio do protocolo de cooperação com a Oficina de Música da Junta de Freguesia de Cernache. Antes de terminar esta intervenção, perguntou ao PJF se este assunto está registado e aprovado na ata de reunião de executivo de vinte e oito de agosto de dois mil e dezoito e sugeriu ao executivo uma conversa com o professor Rui Pinto sobre as duas bolsas de estudo que estão por atribuir por impossibilidade de horário do referido professor.

Ainda sobre o assunto anteriormente referido, Pedro Rosário questionou se havia um contrato de comodato com a Oficina de Música da Junta de Freguesia de Cernache e foi esclarecido pelo PJF de que se tratava de um contrato de cooperação.

Posteriormente foi dada a palavra a José Campos que salientou algumas atividades que a JF tem realizado, designadamente a limpeza e a repavimentação em vários lugares da freguesia e fez notar que, embora a maioria das repavimentações sejam realizadas pela Câmara Municipal de Coimbra, tal só acontece devido à persistência do executivo junto da Câmara e que de outra forma, nenhuma teria sido feita. Terminou esta intervenção dando os parabéns às marchas da freguesia, nomeadamente, Marcharte, Vila Nova, Doze Sardinhas e Quatro Fanecas, e à Escola de Música da Junta de Freguesia de Cernache e Ranchos, por todos contribuírem para levar o nome de Cernache para fora da freguesia.

Sobre a Informação do PJF à AF das atividades mais salientes desde a última reunião, Isabel Correia fez saber que seria interessante, no ponto intitulado educação, fazer-se referência às escolas onde foram realizados os pequenos arranjos e limpezas, bem como saber se os prémios atribuídos no âmbito do Concurso da ECO-Mascote foram oferecidos pela JF ou se esta apenas disponibilizou o espaço e esteve presente na entrega dos prémios; no que respeita a obras, disse que no seu entender, continuar a “aguardar o início da obra de empreitada de “Construção da Levada na rua dos Loureiros” não é uma atividade relevante que deva constar nesta Informação, assim como estar “a concurso, por consulta prévia” a empreitada de remodelação do Pavilhão Multiusos de Cernache; no âmbito da ação social, relativamente às aulas de ginástica considera que seria interessante informar quantas pessoas as frequentam, de que lugares são provenientes, a regularidade das aulas, e deste modo poder-se perceber a razão por que estas aulas se realizam neste lugar e não em outros; quanto ao transporte de idosos para o posto médico, referiu que seria interessante dar a conhecer o número de idosos transportados; considera que a informação “Continuou a reunir a *Comissão Social de Freguesia* e a apoiar casos de carência” dá azo a algumas confusões e recordou que na última reunião de AF o PJF disse que a Comissão Social de Freguesia (CSF) não tinha nada a ver com a JF pois esta era apenas um dos oito parceiros que fazem parte deste órgão, pelo que tendo em consideração o que foi expresso nessa reunião, no seu entender, esta não é uma atividade de relevância da JF.

Neste enquadramento, Isabel Correia teceu ainda algumas considerações sobre o tema Comissão Social, tendo salientado três competências da CSF (alíneas f, g e h do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho), e no seu entender, para a concretização destas competências, o PJF, enquanto presidente da CSF, podia promover ações de informação e de participação na busca de soluções para os problemas e na adesão de novos membros junto da AF. Salientou ainda o regulamento da Câmara de Coimbra e o que nele consta sobre o Fundo Municipal de Emergência, designadamente nos artigos 4.º, 6.º e 8.º, e tendo em consideração o conteúdo dos mesmos, considera que o PJF, enquanto presidente da CSF, se quisesse, poderia facultar informações mais relevantes sobre o trabalho realizado por esta comissão. Por fim, salientou que existe um Fundo Municipal de Emergência mas que não se adequa à freguesia de Cernache uma vez que se destina a uma população em situação de sem-abrigo.

Após esta intervenção o PJF referiu que vai haver uma formação sobre orçamento familiar e disse não poder dar a saber em que âmbito e a quantas pessoas são disponibilizados os apoios por ter que manter a confidencialidade. Esta afirmação foi contraditada por Isabel

Correia tendo em consideração os dados que são enviados pelo executivo da JF à Câmara de Coimbra para o relatório de execução do Fundo Municipal de Emergência Social.

h
vitz
D

A este propósito, Pedro Rosário salientou a necessidade de divulgar este organismo, bem como congratulou-se com o facto de ter havido uma explicação para a utilização de uma verba de apenas cinquenta e um por cento e essa se ficar a dever a um número reduzido de necessitados na freguesia, e solicitou ao PJJ que explicasse como pensa promover a CSF.

O PJJ informou que alguns procedimentos vão mudar uma vez que estas situações passaram da Segurança Social para a Câmara; transmitiu ainda que as reuniões deste órgão terão uma periodicidade mensal e que passará a haver um dia de atendimento; haverá agregação de comissões e estas contarão apenas com uma assistente social, não sendo este o caso da freguesia de Cernache.

Neste enquadramento, o PMA transmitiu que há várias entidades que encaminham as pessoas para a JF dando azo a algumas confusões, nomeadamente, pensarem que o apoio foi dado pela JF e não da CSF.

Posteriormente, Fátima Ventura solicitou a palavra para perguntar ao PJJ qual o procedimento seguido se um qualquer cidadão levar um caso de necessidade à JF e este deu exemplos de procedimentos conforme a situação seja mais ou menos grave, bem como referiu alguns dos mecanismos que são acionados.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, outros assuntos, Isabel Correia agradeceu ao executivo da JF o facto de lhe ter concedido a possibilidade de levar o gravador para casa, durante umas horas, para ouvir alguns momentos da gravação da reunião de AF e solicitou informação sobre a legislação que está na base do Inventário de Cadastro de Bens da JF uma vez que, com base na pesquisa que realizou, lhe parece que as regras e métodos definidos não estão a ser seguidos pelo profissional que está a elaborar o inventário da JF. Assim, solicitou que, quando o inventário voltar a nova reunião de AF, seja feita referência à legislação seguida na elaboração desse documento e, deste modo, evitar-se a colocação de algumas questões e/ou comentários.

O PJJ informou que o inventário é elaborado por um contabilista público que trabalha para várias juntas de freguesia de Coimbra e que vai colocar a pergunta ao contabilista e que, se necessário, vai solicitar-lhe que esteja presente na reunião cuja ordem de trabalhos vise a apreciação do inventário de bens da JF.

Em prosseguimento da informação do PJJ, José Campos sugeriu-lhe que o contabilista estivesse presente na reunião para apreciação do inventário de JF atendendo a que é a segunda vez que se colocam questões sobre este assunto e, assim, seriam tiradas todas as dúvidas.

Ainda sobre este assunto, Isabel Correia voltou a solicitar que seja feita referência à legislação que rege o inventário, independentemente da presença do contabilista na reunião, para poder estudar a documentação entregue para apreciação/aprovação e, deste modo, evitar-se a colocação de perguntas desnecessárias e, consequentemente, uma reunião mais perlongada.

u-
P
vitz

Por fim, Fátima Ventura corroborou as ideias da presença do contabilista na reunião assim como da referência à legislação no inventário da JF.

Posteriormente, o PJF solicitou a palavra para dar os parabéns às associações, às marchas - Marcharte, Vila Nova e Vila Pouca, aos ranchos, comissões de festas e Escola/Oficina de Música da Freguesia e manifestar a sua gratidão pelo movimento cultural/popular e divulgação da freguesia.

Tendo em consideração a intervenção anterior do PJF, Nuno Rodrigues interveio para perguntar ao PJF se também incluía nesses parabéns a Escola do Brinquedo no Loureiro, uma vez que traz muitas pessoas de fora da freguesia e está ligada à cultura popular, mas também pelo facto de, pela segunda vez, o PJF não lhe fazer referência e este respondeu que não a incluía por não se integrar no tema que naquele momento estava a ser considerado, festas e santos populares.

Neste enquadramento, Pedro Rosário manifestou o seu agrado pelo facto de, finalmente, o PJF ter dado os parabéns ao movimento associativo e o PJF respondeu-lhe que este executivo apoia com dinheiro o movimento associativo e as festas, mas que existe um conjunto de associações que querem um regulamento para que algumas não recebam nada.

Na sequência das questões anteriormente levantadas e das respostas dadas, houve lugar a uns breves esclarecimentos, designadamente, sobre os apoios da JF às associações e festas, tendo o PJF informado que todas as associações recebem uma verba anual e que às festas pontuais são pagos os ranchos ou é atribuída uma verba de EUR 300, sendo a verba para a Festa de Nossa Senhora dos Milagres um pouco maior por se tratar de uma festa central, da freguesia.

À guisa de resposta, Pedro Rosário alegou que o executivo estava a atribuir subsídios a associações que não estão legalmente constituídas e, de seguida, fez um conjunto de observações ao executivo, a saber:

- a falta de limpeza, que no seu entender se repete todos os anos, podia ser solucionada através da aquisição de maquinaria ou fazendo a aplicação de químicos biológicos;

- 
- sugeriu que nos espaços infantis o executivo tentasse fazer melhoramentos em termos de acesso, colocação de papeleiras e locais onde os acompanhantes das crianças se possam sentar;
 - questionou quais são os melhoramentos que o executivo perspetiva fazer com os EUR 42 000 da Câmara Municipal para apoio ao funcionamento da JF e felicitou o facto de esta já fazer transferências bancárias;
 - recomendou ao executivo o uso de logótipo/imagem da freguesia nas mensagens/respostas enviadas por correio eletrónico;
 - solicitou um ponto de situação sobre a recolocação do poste e a sinalização na entrada para a rua do cemitério;
 - sinalizou o desfasamento de iluminação na freguesia, que o próprio tem reportado à empresa, e apelou ao reforço dos reportes pela JF;
 - questionou a falta de marcação de passadeiras quando é feita a marcação das guias/eixo das faixas de rodagem, bem como o facto de não serem colocadas passadeiras noutros locais da freguesia, tendo em consideração que, não havendo continuidade dos passeios e havendo zonas em que as pessoas têm que deambular de um lado para o outro, estas oferecem uma maior segurança às pessoas que atravessam as estradas;
 - preconizou a limpeza do percurso dos Caminhos de Santiago, sobretudo na zona da Pousada onde a vegetação é bastante densa;
 - perguntou se o atraso no pagamento de rendas é do Centro de Saúde ou do Café do Bar das Lapas;
 - perguntou se as entradas na ExpoCernache vão ser pagas.

O PJF respondeu que os atrasos nas rendas devem ser do Bar das Lapas; informou que alertou a divisão de mobilidade sobre a falta de passadeiras e que esta disse estar a fazer um estudo na freguesia para o efeito, sendo de salientar que é um processo que se tem vindo a arrastar; comunicou que está à espera que o Espaço Cidadão seja atribuído à JF, mas avisou que este é um processo moroso; sobre os problemas de iluminação sugeriu que as pessoas fizessem essa identificação à empresa e afirmou que a JF também está constantemente a enviar emails; quanto às limpezas o PJF referiu o que tem sido feito, lembrou que as empresas têm dificuldade em dar resposta às necessidades da JF e que o pessoal da JF vai fazendo algumas delas, mas que só com mais dois funcionários na JF conseguiria uma melhor limpeza na freguesia; quanto aos parques infantis aguarda-se um levantamento sobre o que se pode fazer; relativamente às entradas na ExpoCernache informou que a lei não permite às juntas de freguesia terem bilheteira.

José Campos solicitou a palavra ao PMA, para propor a Pedro Rosário que, relativamente à sugestão de reforço dos reportes pela JF sobre os problemas de iluminação pública da freguesia, passe a encaminhar para a JF as mensagens que envia para a empresa de eletricidade.

h -

vibz

De seguida, o PMA anunciou que ia passar a palavra ao público presente na sala e José Campos lembrou-o de que de acordo com o definido no regulamento as intervenções do público carecem de uma inscrição. O PMA informou que pelo facto de não ter tido inscrições não ia deixar de ouvir as pessoas presentes caso estas manifestassem essa vontade e Arlindo Vieira solicitou-lhe que tivesse em atenção o tempo de intervenção das pessoas.

Prontamente, o PMA deu a palavra a Artur Simões que agradeceu e louvou a AF por se ter deslocado ao lugar de Vila Pouca e manifestou a sua tristeza por ser o único morador, presente na reunião. Continuou a sua intervenção alertando para o perigo que existe para quem circula na rua da Sardoeira, decorrente de um buraco, com cerca de um metro de profundidade e sessenta centímetros de largura, sem qualquer resguardo e que o PJF, há um tempo atrás, prometeu corrigir; informou que o contentor que existe na rua anteriormente referida tem sido deslocado do sítio que lhe foi destinado para o cimo da rua e que, nesse local, alguém pode vir a ficar magoado porque o contentor pode resvalar por não ter base apropriada; alertou para uma situação que já sinalizou noutros tempos à JF e que se prende com o facto de, ao cimo da rua da Sardoeira, haver um monte enorme de lenha, pertença do senhor Pedrosa, e haver pessoas a utilizar aquele espaço como local de despejo, pelo que teme que com a chegada do calor isto possa representar um perigo enquanto fonte de ignição de incêndio. A terminar, quis saber qual é o valor que tem sido atribuído à Associação de Vila Pouca e às festas.

Em resposta à intervenção de Artur Simões, o PJF informou que a engenheira da Câmara de Coimbra tinha afirmado que ia colocar uma grelha no buraco sinalizado, mas que até ao momento esta não a tinha colocado; sobre o monte de lenha afirmou ter informado por diversas vezes a Proteção Civil e que esta comunicou que o que lá está irá ser retirado, todavia, como vai estar numa nova reunião, comprometeu-se a fazer novo alerta à Proteção Civil e sugeriu a Artur Simões alertar o comandante dos bombeiros que reside em Vila Pouca para a situação; relativamente aos apoios que o executivo atribuiu à Associação e às festas, informou que foram valores monetários, como já tinha sido referido nesta reunião.

Relativamente ao assunto apresentado por Artur Simões sobre o monte de lenha, Fátima Ventura solicitou a palavra para sugerir a Artur Simões para contactar a polícia municipal.

De seguida, o PMA passou a palavra a Paulo Lopes que iniciou a sua intervenção dando os parabéns pela descentralização da reunião da AF e fazendo notar que faltou à JF garantir a segurança das pessoas para a AF decorrer naquele espaço pelo facto de haver uma entrada na escola sem iluminação e as escadas não estarem devidamente sinalizadas. Relativamente ao assunto das matérias combustíveis apresentadas por Artur Simões, sugeriu que este apresente queixa à GNR uma vez que esta pode apresentar o auto para a pessoa proceder à limpeza do local.

h -
vibe
P

De seguida, o PMA deu a palavra a Fernando Tenente que perguntou ao PJF o que pensa ele fazer em relação aos arbustos que estão tombados na via pública, designadamente se pensa chamar a GNR e solicitou ao PJF que lhe seja fornecida a correspondência estabelecida sobre o poste de iluminação, bem como sobre a falta de execução de passadeira junto ao Museu do Moinho.

O PJF, relativamente à primeira pergunta, respondeu que o assunto não é da sua competência e esclareceu que de acordo com a lei 50/2018 as suas competências são no âmbito das sarjetas e bermas e as da Câmara as das faixas de contenção e acrescentou que já comunicou as situações às entidades competentes; relativamente à correspondência solicitada, o PJF informou que falou com os engenheiros e que estes já visitaram os locais.

Por fim, foi passada a palavra a Cláudia Campos que agradeceu essa cortesia, mas disse não compreender por que não foi dada a palavra a José Campos o que, no seu entender, representou um momento pouco democrático e de falta de respeito; sobre a situação apontada anteriormente por Fernando Tenente e que o PJF informou ser apenas sua competência comunicar a situação às entidades competentes e ser competência da Câmara, disse não entender por que razão as pessoas não se dirigem àquela autarquia para resolver este tipo de problemas e teimam em repetir a questão e atribuir a responsabilidade ao PJF.

Em resposta à intervenção inicial de Cláudia Campos, o PMA lançou o convite para estar mais vezes presente nas reuniões de AF e deste modo perceber o contínuo das mesmas e questionou se as pessoas têm que conhecer com exatidão as competências das juntas de freguesia ou se estas se devem dirigir a quem têm mais próximo, neste caso, ao PJF.

Antes de o PMA dar por terminada a reunião, foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos secretários e presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário

Isabel Correia
(Isabel Maria Eufrásio Correia)

2.º Secretário

Vitor Tenente
(Vitor Manuel Guiné Tenente)

O Presidente

Rui António Seguro Apóstolo
(Rui António Seguro Apóstolo)